

Desde 2004 um grupo de aproximadamente 115 *kaingang*s reivindicam o reconhecimento e a legalização de sua permanência em um local do “Morro do Osso” na zona sul da cidade de Porto Alegre. A atual situação de ilegalidade e de criminalização por parte do poder público priva esses *kaingang*s do acesso a direitos básicos reconhecidos constitucionalmente. Um desses direitos é o acesso à saúde. As populações indígenas brasileiras têm, desde 1999 através do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, integrado no Sistema Único de Saúde, direitos específicos no que tange a atenção a saúde, tais como atenção diferenciada, Agentes Indígenas de Saúde, participação e controle social (LANGDON et al, 2006; LANGODN, DIEHL, 2007). No entanto, ao ser negado o reconhecimento da legitimidade de sua presença no “Morro do Osso” esses *kaingang*s pouco ou nada se diferenciam de outros “pobres urbanos” diante dos sistemas de atenção à saúde praticado pelas Unidades Básicas de Saúde. Dessa forma, esta pesquisa de orientação etnográfica, ligada ao projeto *Índios na Urbanidade: relações entre diferentes sistemas médicos e sistemas culturais na busca pela cura*, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde – NUPACS, tem como objetivo construir interpretações acerca das experiências de busca pela cura dos *kaingang*s do “Morro do Osso”. Busca-se, mais especificamente, interrogar, a partir do referencial de Kleinman (1988), como as diferentes gerações do grupo em questão experienciam a utilização dos recursos do sistema biomédico através dos serviços públicos de atenção à saúde. Partimos da hipótese de que a geração, entendida como uma categoria fundamental para a análise social ao lado de gênero, classe e etnia (COHN, 2005; JAMES, PROUT, 1997; SARMENTO, 2005), pode influenciar/condicionar significações e práticas diversas entre os membros da comunidade *kaingang* do “Morro do Osso”.